

Transformações urbanas na cidade de Florianópolis (1989-2011): A derrubada do bar do Chico no bairro Campeche¹

Urban transformations in Florianopolis city (1989-2011): The demolition of Chico's bar in Campeche neighborhood

Carolina do Amarante²

Luciana Rossato³

Resumo: Este artigo discute as mudanças em Florianópolis desde a década de 1980, analisando os discursos veiculados nos jornais que valorizam e defendem a necessidade de preservar a identidade e a cultura de base açoriana, ao mesmo tempo em que a cidade e seus bairros costeiros passam por transformações devido ao crescimento populacional, em decorrência do desenvolvimento do turismo. Tomamos como exemplo o caso do Bar do Chico, localizado na praia do Campeche, de propriedade de uma família de pescadores, construído na década de 1980, a partir de um rancho de pescadores e demolido vinte anos depois. Para esta análise, utilizaremos notícias veiculadas nos jornais, além de fontes orais, a fim de entender as transformações urbanas nas praias e os embates entre propostas distintas de turismo e de ocupação territorial em Florianópolis.

Palavras-chave: Turismo. Transformações Urbanas. Florianópolis.

Abstract: This article discusses Florianopolis' changes since the 1980s, analyzing news articles defending the necessity of preserving the Azorean identity and cultural tradition at the same time as the city and its coastal neighborhoods experience transformations and population increase as a result of the tourism development. Through the Chico's Bar case, once located at Campeche's beach, and owned by a family of fisherman, which was settled in the 1980s as a fishing ranch at first, and demolished 20 years' after, as required by a judicial order, this paper intends to analyze the construction of the tourism's discourse in the city, the discussions about the urban transformations of the beaches, and the conflicting proposals on Florianopolis' territorial occupation and tourism. This analysis will be based on news reports published in newspapers and oral interviews.

Keywords: Tourism. Urban Transformations. Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Localizada no sul da Ilha de Santa Catarina (Brasil), a praia do Campeche, até o início do primeiro plano diretor para o bairro, em 1989, possuía características rurais, ou seja,

¹ Este artigo traz resultados decorrentes de duas pesquisas: da dissertação de mestrado de Carolina do Amarante intitulada Derrubada do bar do Chico no bairro Campeche: embates de uma história do tempo presente em Florianópolis (1989-2011) sob a orientação de Dra. Luciana Rossato (e que contou bolsa de mestrado da CAPES) e da pesquisa História, representação e memória coletiva nos discursos de divulgação turística de Santa Catarina e de Florianópolis (1980-2010) coordenada pela Dra. Luciana Rossato e desenvolvida entre 2010 e 2012 na UDESC.

² Mestre em História/UDESC. Professora no Projeto Social PVC (Pré Vestibular Comunitário).

³ Professora no Departamento de História da UDESC. Professora permanente no PPGH/UDESC e no Profhistória em Rede/UDESC.

apresentava um lento processo de urbanização e carência de serviços públicos. Na década de 1990, a partir da perspectiva de transformar Florianópolis na “Capital Turística do Mercosul”⁴, o bairro passa a ser alvo de várias propostas, entre as quais a “d’A Cidade Nova do Campeche”. A escolha da temática deste artigo está fundamentada na abordagem da História do Tempo Presente e visa problematizar questões culturais e urbanas ocorridas neste processo.

Desde a inauguração do Bar do Chico, em 1983, estabeleceu-se uma relação estreita entre o seu espaço e grande parte da comunidade pertencente ao bairro do Campeche. Como ainda estava em inícios o processo de urbanização, a falta de infraestrutura e de empreendimentos de lazer foi responsável por tornar o bar um ponto de encontro dos moradores. Desta forma, foi polêmico para a comunidade local quando, em 16 de julho de 2010, o bar foi derrubado. O fato nos leva a relacionar esses acontecimentos com um contexto de urbanização, que, no bairro, se inicia na década de 1990, com a modernização da cidade de Florianópolis.

Esta análise se propõe compreender as mudanças históricas pelas quais passou a cidade, principalmente em decorrência do investimento no turismo. Para isto, serão analisadas matérias de jornais da época, além de estudos sobre os planos diretores para a cidade de Florianópolis e o Campeche, fontes orais e propagandas das construções imobiliárias encontradas em encartes, ou *outdoors*, matérias de revistas e *sites* na internet relacionados ao tema.

A TRAJETÓRIA DE DISCURSOS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS ADOTADAS PARA PROMOVER A CAPITAL CATARINENSE

Florianópolis tem como uma de suas principais fontes de renda, na atualidade, o turismo, principalmente nos meses de verão. Esta atividade vai se desenvolver a partir das décadas de 70 e 80, acompanhando o movimento nacional e mundial de desenvolvimento do turismo. As primeiras iniciativas para desenvolver esta opção econômica, porém,

⁴ A concepção para a cidade de Florianópolis como a “Capital Turística do Mercosul” surge “com o acordo de criação do mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, em 1991. Florianópolis passou a ser divulgada pelo governo local como ‘A Capital Turística do Mercosul’, que deveria consagrá-la como polo turístico internacional e, ainda, como a sede de um novo polo de investimentos e de indústrias de alta tecnologia” (SUGAI, 2015, p. 27).

principalmente no litoral, já vinham sendo tomadas desde o início do século XX⁵. A praia nem sempre foi um lugar de sociabilidade e lazer. No litoral, próximo a região do Vale do Itajaí, conhecida atualmente como Vale Europeu, este hábito se desenvolve mais cedo, devido à presença de imigrantes alemães. Na Ilha de Santa Catarina, é somente a partir da década de 1930 que o banho de mar se firmará como hábito, principalmente entre a elite. Os jornais terão papel fundamental na mudança da mentalidade da população, uma vez que é principalmente a imprensa que divulgará a necessidade de uma melhor infraestrutura para o lazer na praia, pelos benefícios à saúde proporcionados pelo banho de mar. Para isto, entre outros investimentos, requer-se a abertura de balneários (FERREIRA, 1998). É importante salientar que estes novos hábitos são influenciados pela circulação de ideias, notícias e pessoas, entre Santa Catarina, Rio de Janeiro e o continente europeu. Era inevitável que isto acontecesse por ser a capital uma cidade portuária, e por sua relação com o comércio e o transporte. Até então, o mar só era utilizado para a sobrevivência, pois a pesca era uma das principais atividades da região. O mar não era valorizado. Na região de Canasvieiras, por exemplo, as casas eram construídas de “costas” para praia, que era utilizada para jogar os detritos domésticos. Em parte do século XX, a praia era frequentada por animais e pela população pobre e marginalizada (BITENCOURT, 2005).

A capital catarinense passou por um longo processo que a transformou de uma pequena cidade portuária em uma cidade turística. As mudanças maiores podem ser observadas entre as décadas de 80 e 90. De acordo com a antropóloga Márcia Fantin (2000), a cidade despertou tardiamente para a modernização, se comparada com outras capitais do Brasil. Na década de 1970, iniciou-se a construção do Aterro da Baía Sul, que possibilitou a construção da segunda ponte, a ponte Colombo Salles, inaugurada em 1975. O aterro afastou o centro da cidade do mar, mas possibilitou novos acessos à ilha e também espaços para construções importantes, como o novo Terminal Rodoviário Rita Maria, inaugurado em 7 de setembro de 1981. Segundo as propagandas do governo do estado, publicadas no jornal O Estado, seria “o novo cartão postal da cidade” (O ESTADO, 6/9/1981, p. 13). Era uma maneira de “chamar” turistas para Florianópolis.

⁵ Na capital, Florianópolis, o primeiro grande investimento foi a construção do Hotel Balneário de Canasvieiras, em 1930, no norte da ilha, com o intuito de promover lazer para as famílias que viviam no centro da capital. Na praia de Cabeçudas, localizada no litoral norte do estado, uma família de alemães já havia fundado, em 1912, o Hotel Herbst, mas atendia principalmente pessoas que necessitavam de cura para doenças e de descanso, e não tanto para o lazer. No entanto, posteriormente, se tornaria também um lugar destinado ao turismo (BITENCOURT, 2005). Primeiramente, é necessário entender que a construção desses hotéis e a relação com o turismo que irá se desenvolver na região têm a ver com o hábito do banho de mar que começou a se tornar comum no final do século XIX na Europa e no início do século XX no Brasil.

A cidade, entre os anos de 1970 e 1980, vai sendo moldada de acordo com as grandes cidades brasileiras. Grandes obras são realizadas com o objetivo de melhorar a infraestrutura e proporcionar aos moradores e turistas mais conforto. Ao mesmo tempo, estas mudanças, financiadas pelo poder público, promoveram a valorização imobiliária de novas áreas urbanas, que impulsionaram mudanças nas formas de ocupação territorial, principalmente nas áreas costeiras. Na década de 1970, foi construída a Avenida Beira-Mar Norte, inaugurada em 1980, atualmente uma das áreas mais valorizadas da cidade. Em 1981, foi inaugurado o trecho Costeira-Rio Tavares, pelo então governador Jorge Bornhausen⁶. De acordo com a notícia publicada no jornal *O Estado*, este novo trecho visava “otimizar o escoamento da produção pesqueira, agilizar o transporte coletivo e incrementar o turismo no sul da ilha”, principalmente nas praias do Campeche, da Armação e do Pântano do Sul. A terceira ligação ilha-continente somente seria concluída no início da década de 1990, sendo inaugurada em 8 de maio de 1991. Anteriormente, no governo Colombo Sales⁷, foram construídas a SC 401, a SC 402 (que leva à Praia de Jurerê), a SC 403 (que liga Canasvieiras a Ingleses) e a SC 404 (que liga o Itacorubi à Lagoa da Conceição). Também foi asfaltado o principal acesso à praia de Canasvieiras (FERREIRA, 1998). Sendo assim, com o aumento do fluxo de turistas no âmbito nacional e internacional, algumas dessas praias passam a ser exploradas pela indústria hoteleira e do turismo. Com as notícias veiculadas pelo jornal *O Estado*, haverá maior diversidade de praias visitadas em Florianópolis. Canasvieiras já não seria a única opção de lazer e turismo, apesar de ainda ser o destino favorito dos nossos vizinhos da América Latina, “los hermanos”. A década de 1970 caracterizou-se por grandes transformações no cenário da cidade; porém, no início da década de 1980, estas mudanças não ocorreram da mesma forma. No entanto, não foram medidos esforços para concretizar os investimentos que tinham a intenção de incrementar o turismo na cidade.

A existência de um local de turismo pressupõe grandes transformações nas estruturas de consumo, o que resulta em novos hábitos e novos comportamentos adquiridos pela sociedade (FLORES, 1997). É o que ocorre na capital catarinense. A cidade, enquanto destino para turistas, começa a se adaptar aos novos costumes, principalmente pelo desejo dos moradores da classe média de Florianópolis de criar uma cidade desenvolvida e apta ao turismo. Nessa perspectiva, são feitos investimentos públicos na estrutura da cidade, que acarretam novos hábitos entre os florianopolitanos. Surgem, e passam a se espalhar,

⁶ Governador de 1979 a 1982, por indicação do presidente militar Ernesto Geisel.

⁷ Governador do estado de Santa Catarina no período de 1971 a 1975. Responsável pela implantação da segunda ponte de acesso a Florianópolis, a ponte Colombo Salles.

inquietações e várias críticas por parte dos moradores, entre as quais, em nome do desenvolvimento, o desaparecimento das tradições locais (O ESTADO, 8/2/1980, p. 4).

A cidade, durante a alta estação, é frequentada por turistas uruguaios e paraguaios, mas os turistas argentinos tornam-se os personagens principais do verão. Sua presença marcante na capital está intimamente ligada à situação econômica positiva em que se encontrava a Argentina na década de 1980, diferente da situação brasileira, o que possibilitou, devido ao câmbio favorável, essa “invasão”. Outro fator que para isso concorreu foi a proximidade do estado catarinense, uma vez que boa parte dos turistas vinha de ônibus (em sua maioria, fretada), ou de condução própria, o que foi possibilitado pela construção da BR 101.

A atenção com a infraestrutura da capital vem acompanhada da preocupação em recepcionar os turistas, mais exatamente os argentinos, que são presença marcante na década de 1980. São muitas as notícias a respeito deste assunto nesse ano, ressaltando-se, nas reportagens, as vantagens econômico-financeiras e, por isso, o dever de tratar bem os argentinos. A falta das casas de câmbio e de planos para a sua criação é outra questão que o jornal aborda com frequência. Em função da forte presença dos turistas vizinhos, este momento é denominado, nas páginas de *O Estado*, como a “invasão” dos argentinos (O ESTADO, 20/1/1980, p. 16). O “portunhol” passa a fazer parte da vida dos moradores da cidade, nas igrejas, nas lojas, nas praias e restaurantes.

PROPOSTA DE PLANEJAMENTO URBANO PARA O CAMPECHE: UMA ANÁLISE A PARTIR DO TURISMO

O Bar do Chico foi aberto em 1983, período que antecede o primeiro plano diretor, elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF)⁸ para o bairro do Campeche, quando este ainda sofria com a falta de infraestrutura e de empreendimentos de lazer. Foi neste contexto que o bar se tornou um ponto de encontro dos moradores da região. No final da década de 1980, o bairro caracterizava-se por um lento processo de urbanização e

⁸ O IPUF, que é o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, se define da seguinte maneira: “Embora sua equipe técnica esteja bastante esvaziada, o IPUF caracteriza-se por ser o órgão municipal com maior densidade de técnicos habilitados a pensar o desenvolvimento do Município. Criado em 1977 para ser um órgão de planejamento integral e com visão metropolitana, o IPUF já elaborou planos diretores para todos os 438 km² do território municipal e dois planos de desenvolvimento distritais, utilizando uma política de desenvolvimento raramente explícita” (2004, p. 134).

carência de serviços públicos⁹. Esta situação foi apontada no *Plano de Desenvolvimento Campeche* (1995), no qual constava que, “em termos de lazer, as comunidades estão muito mal atendidas. Não há rede coletora nem tratamento final adequado dos esgotos sanitários em toda a região. Os postos de saúde são classificados como regulares ou ruins (IPUF, 1995). Esta conjuntura contribuiu para a criação de um plano diretor para a região. O Bar do Chico¹⁰ beneficiou-se, transformado em novo espaço de sociabilidade na localidade. O IPUF registra, na época, que, “no interior da Ilha as comunidades parecem paradas, mas só até terem início os processos que viriam perturbá-las, principalmente a partir dos anos setenta” (2004, p. 76). Como aponta a pesquisadora Mara Coelho de Souza Lago, o “Campeche era, até há pouco tempo, uma das comunidades agrícolas-pesqueiras típicas da Ilha, localizada numa de suas partes mais planas, com grande extensão (para os padrões ilhéus) de terras de plantio e pasto para gado. Hoje está sendo intensiva e desordenadamente ocupada” (1996, p. 47).

O rancho de canoas dos avós de Francisco Alexandrino Daniel, mais conhecido como Seu Chico, tornou-se bar em 1983 e passou a ser a principal fonte de renda da família. Gradativamente, destacou-se como ponto de encontro da comunidade local para comemorações de ano novo, chegada das estações do ano, pesca da tainha e carnaval, ou seja, o bar era considerado uma praça coletiva. O Bar do Chico estava instalado sobre as dunas da praia do Campeche. O espaço começou a ser utilizado como rancho de pesca a partir de 1940. Assim, no início da década de 1980, quando os barcos industriais começaram a dominar o mar, Seu Chico, devido às dificuldades econômicas advindas com a aposentadoria, bem como com a baixa rentabilidade financeira da atividade da pesca artesanal, achou necessário criar uma alternativa de renda.

⁹ O *Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis (AUF)*, do ano de 1981, especifica, no item “5. Limitações da Infra – estrutura urbana ao desenvolvimento do Turismo: “Nenhum dos distritos considerados mais atrativos para o turismo no verão possui um sistema satisfatório de abastecimento de água, o que poderá vir a tornar-se uma limitação à expansão do setor a médio prazo. A inexistência de sistema de tratamento de esgotos sanitários já prejudica a balneabilidade das Baías Norte e Sul e ameaça a Lagoa da Conceição. A implantação imediata de um sistema completo de esgoto na Lagoa é fundamental para manter sua destacada atratividade turística. As recentes melhorias no sistema viário propiciaram bom nível de acessibilidade à maioria das praias da Ilha. Como principal problema, destaca-se ainda a falta de estacionamento em quase todos os balneários” (IPUF, 1981, p. 6).

¹⁰ Sobre esta e outras informações do Bar do Chico como patrimônio cultural da comunidade do Campeche, ver: Proposta de Tombamento da “Picada da Capela” e seus arredores e do “Bar do Seu Chico” como Patrimônio Histórico-Cultural do Município de Florianópolis. p. 4. O Bar do Chico, ainda em 1983, teve que adequar as antigas instalações à nova finalidade, cumprindo as exigências legais do Poder Público Estadual e Municipal, como a construção de um rancho rústico, de madeira, com divisões internas para a cozinha, e balcão para atendimento ao público, e banheiro, com acesso externo, também para uso do público em geral. Ao lado do bar, havia apenas uma cobertura de madeira, contendo, ao fundo, um pequeno palco, chamado “recanto açoriano”, para apresentações musicais e outros eventos. O local possuía iluminação pública fornecida pela CELESC, rede de água fornecida pela CASAN, serviço de telefone público fornecido pela TELESC.

No bairro Campeche, era tradição a realização de festas em seu bar, conhecidas e divulgadas em toda a cidade. O local era, principalmente no período do verão, um importante ponto de encontro da comunidade local, de surfistas e turistas que buscavam um espaço para descanso, socialização e consumo. O Bar do Chico sempre foi ponto de apoio para atividades tradicionais da comunidade, como o Quinhão do Santo, que é uma antiga tradição dos pescadores, de destinar parte do resultado da pesca à administração da igreja¹¹, à Encenação da Paixão de Cristo¹² e o Carnaval do *O Nô Di*, celebrações que geralmente se encerravam no largo da Capela de São Sebastião, ou no Bar do Chico.

Os conflitos em torno da derrubada do bar, que vai ocorrer em 2010, perpassam a década de 1990 e podem ser utilizados para entender as transformações e os embates pelo qual passava a cidade na fase de definição das propostas de ocupação territorial, principalmente nas regiões costeiras. A maneira como o velho rancho de canoa se transformou em bar no início da década de 1980 ajudará a entender as transformações pelas quais passava a cidade e suas praias.

O IPUF, na década de 1980, começou a elaborar planos urbanos para a região do interior ilhéu¹³. Foi neste momento que se começou a ter uma perspectiva a respeito dos bairros da Ilha de Santa Catarina, como é o caso do Campeche:

Os primeiros planos aprovados (1954, 1971) pouca importância deram ao interior da Ilha de Santa Catarina, priorizando as relações do centro urbano com a área continental da

¹¹ Contribuição dos pescadores para a concretização da festa anual realizada pela Igreja de São Sebastião, o santo padroeiro do bairro Campeche, que denomina a antiga capela provavelmente construída em 1826. Essa prática é um registro concreto da profunda religiosidade existente na cultura açoriana. Sobre esta e outras informações do Bar do Chico como patrimônio cultural da comunidade do Campeche, ver: Proposta de Tombamento da “Picada da Capela”, e seus arredores, e do “Bar do Seu Chico”, como Patrimônio Histórico-Cultural do Município de Florianópolis, p. 4.

¹² A procissão saía da Igreja de São Sebastião, percorria o caminho histórico da “Picada da Capela” até ao pico da duna, ao lado do Bar do Chico, onde se erguiam três cruzeiras. Depois da crucificação e morte, a comunidade retornava para a capela pelo mesmo caminho. Sobre esta e outras informações do Bar do Chico como patrimônio cultural da comunidade do Campeche, ver: Proposta de Tombamento da “Picada da Capela” e seus arredores e do “Bar do Seu Chico” como Patrimônio Histórico-Cultural do Município de Florianópolis. p. 5.

¹³ A pesquisadora e professora do departamento de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Maria Inês Sugai, escreve que “uma referência enganosa, por exemplo, diz respeito à delimitação territorial de Florianópolis. O município é constituído pela Ilha de Santa Catarina, com área de 424,4 km², e abrange também uma extensão territorial no Continente, de 12,1 km², o que totalizaria 436,5 km² [...]. Entretanto, a noção de que o território de Florianópolis se limita apenas à Ilha de Santa Catarina, desconsiderando à existência dos bairros situados no Continente, constitui forte representação não apenas no imaginário dos turistas; Parte considerável dos moradores da área continental de Florianópolis e dos municípios vizinhos também concebem apenas a Ilha quando desejam se referir a Florianópolis. No entanto, no território continental de Florianópolis, habita parcela representativa de sua população. Os dados dos censos gerais do IBGE, de 1991 e de 2000, indicavam que, respectivamente, 32% da população e 26% da população do município de Florianópolis habitavam essa área no Continente que faz parte do seu Distrito Sede ”. (SUGAI, 2015, p. 28)

cidade. Ressalte-se que o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis, desenvolvido a partir de 1967, estabelecendo a planície do Campeche como um de seus vetores principais de crescimento, efetivamente refletiu sobre a ocupação do interior insular, muito embora tais reflexões não tenham comparecido na proposta legislativa efetivamente aprovada em 1971. É o Plano Diretor dos Balneários e do Interior da Ilha de Santa Catarina (aprovado em 1985) que, pela primeira vez, buscou ordenar o crescimento do interior insular como um todo. Este plano reconheceu a decadência das atividades tradicionais e a vocação da região, demarcou as áreas de proteção ambiental, estabeleceu limites de ocupação (REIS, 2012, p. 192).

Com o aumento populacional que ocorreu no interior da Ilha de Santa Catarina a partir da década de 1980, esta região passou a ter atenção por parte dos planejadores. Neste contexto, ocorre a aprovação do *Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha*, Lei 2.193/85 (BUENO, 2007), que dispunha sobre o zoneamento urbano e a ocupação do solo dos balneários da capital catarinense, declarando-as áreas de interesse turístico (IPUF, 1985). A partir da citação abaixo, pode-se compreender como se encontrava organizado, neste período, o planejamento urbano em Florianópolis:

A Ilha de Santa Catarina podia ser dividida, até pouco tempo, em duas grandes porções funcionais: a Área Central (urbana) que sedia o aparato político-administrativo estadual e as atividades comerciais e de serviço e o interior da Ilha onde, tradicionalmente, conjugam-se as atividades ligadas à agricultura de subsistência e à pesca artesanal. Apesar de, historicamente, o “interior” fornecer à cidade alguns produtos básicos, ele permanecia relativamente isolado e estável, com diversas pequenas comunidades pesqueiras na orla litorânea e alguns núcleos rurais nas porções interiores (DIAGNÓSTICO do PLANO DIRETOR dos BALNEÁRIOS, 1984, p. 1).

O documento do *Plano Diretor dos Balneários e Interior da Ilha*, de 1985, implanta um sistema de atualização do planejamento espacial de Florianópolis através da elaboração de *Planos de Urbanização Específica*¹⁴, que detalham áreas específicas. Dessa forma, os planos alteram drasticamente os pressupostos e os cenários imaginados pelo *Plano Diretor dos Balneários* (ROCHA; SOUZA, 2004). É neste contexto, dos *Planos de Urbanização Específica*, que o bairro do Campeche começou a apresentar efetivamente um projeto de urbanização, pois, até então, como se observa, havia ideias e propostas, mas nada de

¹⁴ Segundo o pesquisador Almir Francisco Reis, sobre os *Planos Específicos de Urbanização* “a partir da aprovação do Plano Diretor dos Balneários (IPUF, 1985a), muitas áreas rurais foram transformadas em áreas de expansão urbana, através de ocupações clandestinas e alterações legais dos perímetros urbanos. Visando responder a esse movimento e detalhar diretrizes de planejamento, o IPUF vem continuando seus trabalhos com o desenvolvimento de Planos Específicos de Urbanização, destinados a porções territoriais específicas da Ilha de Santa Catarina. Inúmeras razões justificam a realização desses planos: a atualização do Plano Diretor dos Balneários, passados já mais de 15 anos de sua criação, o reconhecimento das diferenças existentes entre as localidades da Ilha (sítio, morfologia, processos de crescimento), o enquadramento legal das ocupações realizadas, buscando equacionar os problemas derivados dos altos índices de clandestinidade. Porém, a forma em que a cidade vem sendo planejada” (REIS, 2012, p. 184).

efetivamente concreto, como aponta o professor aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, durante doze anos, lecionou a disciplina de Planejamento Urbano no Departamento de Geografia, Ivo Sostizzo:

Em 1985, a coordenação do IPUF, [...] concorda que se faça um plano do Campeche, com grandes detalhamentos. E quando aparecem as primeiras propostas o embate se instala, criando uma [...] relação tempestuosa entre a proposta do IPUF, visto como uma proposta de montar outra urbanização à revelia dos interesses e dos valores que a comunidade defendia. Então ali ficou marcante a relação beligerante, de guerra (SOSTIZZO, 2015, p. 8).

O documento - *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, Campeche e região*¹⁵-, elaborado pelo IPUF em 1989, a partir do viés dos planos de urbanização específica, enviado para apreciação à Câmara dos Vereadores em 1992, teve seu debate adiado por pressão da comunidade, possibilitando uma melhor avaliação de parte dos moradores (MOREIRA, 2010). O plano era consequência da estratégia de promover o crescimento da cidade e de sua inscrição no mercado turístico em nível nacional e internacional. Com isso, incentivava a vocação turística e o desenvolvimento de indústrias de alta tecnologia para o bairro do Campeche (BARBOSA; BURGOS; TIRELLI, 2003). Mais, a proposta se ampliava à medida que “em termos de limites demográficos, os 450.000 habitantes propostos para a Planície do Campeche praticamente dobram o limite de 230.000 habitantes do Plano Diretor dos Balneários para a totalidade da ocupação do interior insular” (REIS, 2012, p. 187). Como apontou um dos moradores do bairro, em entrevista, Lázaro Bregue Daniel, foi no contexto de criação deste plano diretor que começaram os conflitos, quando o Campeche "era uma comunidade pequena. Florianópolis, naquela época, tinha em torno de 230.000 habitantes e eles tinham um plano diretor para um assentamento de 450.000 [...] no Campeche, em 89” (BREGUE DANIEL, 2015, p. 4).

Então, em 1992, como parte das políticas de desenvolvimento da *Planície Entremares, Campeche e região*, de 1989, cria-se o *Plano Específico do Parque Tecnológico do Campeche*, o qual visava consolidar a vocação tecnológica de Florianópolis (ROCHA; SOUZA, 2004). Proposto pelo IPUF, este plano buscou disciplinar a expansão urbana do bairro, adequando a legislação, com a transformação das áreas rurais em urbanas. O plano apresentava uma ideia que previa uma população de cerca de 450.000 pessoas, num horizonte

¹⁵ Para que haja uma maior compreensão da trajetória histórica do plano diretor criado para o bairro do Campeche, deve-se considerar a seguinte citação do Ofício DIPRE, nº 424/98, do IPUF, que esclarece que o documento do *Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, Campeche e região* foi “concebido em 89, finalizado em 92, rejeitado em 95 e dividido em 97...” (IPUF, 1998, p. 2).

temporal de trinta anos, configurando uma cidade nova, baseada no turismo e em “indústrias limpas”, ou seja, os parques tecnológicos teriam *campus* universitário, autódromo internacional, centro de convenções, *shopping centers*, etc. (REIS, 2012).

As ideias de parques tecnológicos, segundo o arquiteto Paulo Marcos Borges Rizzo, previam fazer de Florianópolis uma *Tecnópolis*. O *Plano Específico do Parque Tecnológico do Campeche*, de 1992, foi concebido como proposta destas políticas. Assim, “logo após o lançamento do Mercosul, em 1991, a prefeitura de Florianópolis alcunhou a cidade como ‘Capital Turística do Mercosul’, e definiu uma política de parques tecnológicos” (RIZZO, 2005, p. 71):

O resultado final pode ser considerado o Plano de Desenvolvimento de uma cidade-nova no Campeche, uma cidade baseada em turismo e alta tecnologia e plenamente capacitada a colocar Florianópolis no século XXI. A concepção desta cidade-nova é moderna e internacional, aproximando-se do conceito das *Tecnópolis* criadas no Japão a partir de 1980. O plano apresentado é, portanto, uma rota para o futuro, uma rota para a nossa *Tecnópolis* (IPUF, 1995, p. 2).

Contudo, o Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV) mobilizou a sociedade civil contrária ao *Plano de Desenvolvimento Integrado da Planície Entremares* através de uma série de ações, dentre elas, o *1º Seminário Comunitário do Campeche*¹⁶, que estabeleceu, em 1997, as diretrizes para o desenvolvimento da região. Consistiam na deliberação de preservar os recursos naturais, com a elaboração de um mapeamento completo das áreas de preservação da planície do Campeche (AMARANTE, 2013, p. 32). Dois anos após esse acontecimento, frente à ameaça de aprovação do *Plano de Desenvolvimento Integrado da Planície Entremares*, altamente destrutivo e hidricamente insustentável, a comunidade, organizada em assembleia, decidiu elaborar seu próprio plano, com base nos princípios apresentados no *Dossiê Campeche*.

Como resultado, o plano diretor proposto pelo poder público foi rejeitado, surgindo outra proposta de planejamento. A população elaborou, em contraposição, o *Plano*

¹⁶ É importante citar que “o II Seminário, que foi realizado nos dias 30 e 31 de março de 2007, se propôs a estabelecer novas diretrizes comunitárias para elaboração do Plano Diretor com o objetivo de discutir e atualizar as diretrizes do I Seminário. O II Seminário rejeitou a construção de grandes edificações; desta forma, optou-se pelo gabarito de dois andares, também para garantir o “direito à paisagem”. Neste II Seminário, ainda, surgiu a proposta de “defeso”, ou seja, o não licenciamento de projetos com base no plano rejeitado, o Plano de Desenvolvimento da Planície Entremares, bem como o fim das alterações de zoneamentos, enquanto não fosse aprovado o Plano Diretor Comunitário da Planície do Campeche para o distrito. A identificação das áreas de preservação ambiental constitui-se em condição essencial para definir os limites entre o natural e o urbano, dando condições para a definição dos outros temas com base no respeito aos espaços ambientalmente frágeis”(AMARANTE, 2013, p. 30).

Comunitário para a Planície de Campeche – Proposta para um Desenvolvimento Sustentável. O jornal comunitário *Fala Campeche*, criado por iniciativa do MCQV e mantido pelo trabalho voluntário de seus colaboradores, tornou-se porta-voz do movimento, trazendo as discussões do plano diretor para a região e divulgou propostas, projetos em realização e, principalmente, tornou visíveis problemas não resolvidos (MOREIRA, 2010). A partir dele, podemos observar esses embates em torno do plano diretor para a região. A matéria de agosto de 1999, intitulada “Comunidade avança na definição do futuro do Campeche”, explicava:

Após rejeitar o plano do IPUF para a Planície Entremares, a comunidade local envolveu-se na elaboração de um plano alternativo, que foi apresentado e aprovado em assembleia no dia 27 de novembro, no Centro Comunitário Fazenda do Rio Tavares. A proposta baseou-se nas recomendações do seminário de 1997 e de uma série de contribuições técnicas que foram amadurecendo nos últimos dois anos, incluindo reuniões comunitárias aos sábados de tarde durante os dois últimos dois meses (JORNAL FALA CAMPECHE, ago. 1999, p. 4).

Juntamente com as discussões e mudanças nos planos diretores da cidade de Florianópolis e bairros, na década de 1980 e 1990 foi necessária, a fim de que ela se tornasse um destino turístico privilegiado, uma transformação cultural nos discursos sobre a cidade. É no início dos anos 1980, com o governo Esperidião Amim¹⁷, que se exarceba a exaltação do açorianismo como identidade local. Em 1984, é criado o Núcleo de Estudos Açorianos na Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC), com o objetivo de estudar a base da cultura catarinense no estado. Neste mesmo ano, ocorreu a primeira semana de estudos açorianos na UFSC, com o intuito de retomar a consciência “açorianista”, que contou com a participação do reitor da Universidade dos Açores, que realizou uma palestra de abertura (LEAL, 2007).

Para difundir a cidade como destino turístico foi acionado aspectos do passado na memória dos habitantes, características positivas sobre a região, sobre a cultura açoriana para torná-la turística e atrair turistas. A valorização da cultura açoriana é, em parte, fruto do turismo em Florianópolis. Houve empenho, de empresários e governo, em associar a cultura e as tradições de raízes açorianas como diferencial turístico. Utilizam-se aspectos culturais

¹⁷ Prefeito de Florianópolis entre 1º de janeiro de 1975 a 1º de janeiro de 1978, governador do estado de Santa Catarina de 15 de março de 1983 a 15 de março de 1987. Prefeito de Florianópolis de 1º de janeiro de 1989 a 1º de abril de 1990, senador por Santa Catarina de 1º de fevereiro de 1991 a 1º de fevereiro de 1999, e novamente governador de Santa Catarina de 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2003. Atualmente, é deputado federal pelo Partido Progressista.

como o boi-de-mamão, a festa do Divino, como também produtos artesanais. Além disso, o trabalho com a pesca e as comidas típicas foi utilizado como algo representativo do universo açoriano, tornando-o atrativo para o turista.

Constrói-se a figura do manezinho (FANTIN, 2000), hoje considerado símbolo do povo ilhéu. No entanto, antes da década de 80, o morador local era visto como provinciano, com sua imagem relacionada a tolice, a uma vida tranquila e sem esforço, se comparada com a dos colonizadores de origem alemã, tidos como fortes e trabalhadores. No entanto, a partir da década de 80, essa imagem passa a ter outro elemento simbólico presente, a exaltação das características do manezinho, figura de caráter humilde, de alegria, que vive tranquilamente e que é solícito com o próximo, apresentando, dessa forma, um caráter amigável. Comprova-se, então, uma “ressignificação do manezinho - e o elogio à ‘identidade cultural’ açoriana” (FANTIN, 2000, p. 166). O investimento na positivação dessa figura, em Florianópolis, é tamanha que se começa a idealizar o biótipo com a criação do troféu “manezinho da ilha”. Posteriormente, já na década de 90, o tenista Guga Kuerten, após grandes vitórias em torneios como Roland-Garros, passa a ser a pessoa que concentra o que é ser manezinho, segundo o que é noticiado pela mídia. A ofensa se transforma em elogio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Reinhart Koselleck, “as três dimensões temporais se conjugam na presencialidade da existência humana, ou, como dizia Agostinho, em seu *animus*, o tempo só está presente como algo sempre esquivo: o futuro, na *expectatio futurorum*; o passado, na *memoria praeteritorum*” (KOSELLECK, 2014, p. 231). Assim também pode ser entendido o processo de transformação urbana pelo qual passou (e passa) o bairro Campeche. Compreendê-lo significa identificar como o tempo passado, ainda recente, se projetou para um futuro próximo, ou melhor, entender que as três dimensões temporais estão interligadas no traçado do bairro e também nos projetos em disputa, com o objetivo de definir que bairro e que cidade se quer construir.

No decorrer das últimas décadas, houve um interesse muito grande em relação ao bairro, devido à expansão urbana de Florianópolis, o que se percebe pela análise dos vários planos diretores que tentaram organizar a ocupação da cidade e de suas áreas costeiras. Diante de uma conjuntura voltada ao crescimento urbano em Florianópolis, até mesmo o Campeche entra nesse contexto, e passa a ser alvo de uma demanda de turismo muito valorizada nos

aspectos históricos, econômicos e sociais.

As construções imobiliárias, cada vez mais numerosas, são o reflexo mais visível desse processo de expansão urbana da capital em direção ao Campeche. As transformações recentes e crescentes demonstram que o contexto histórico contemporâneo seria de um planejamento urbano voltado ao turismo, contra o qual luta a comunidade do Campeche. Os moradores mais antigos visam a uma organização com participação própria, pela qual possam preservar as belezas naturais do bairro e, de certa maneira, da Ilha de Santa Catarina, sem alterar esses espaços com a construção de grandes empreendimentos imobiliários.

A trajetória da construção e demolição do Bar do Chico é significativa para se entender o processo de ocupação dos espaços costeiros das praias na Ilha de Santa Catarina e também os discursos simbólicos acionados para difundir a cidade como destino turístico. Seu Chico pode ser considerado como o “típico manezinho”, vendido pela propaganda turística: pescador, simples, com seu linguajar coloquial... No entanto, a presença de seu bar não era mais aceitável, uma vez que não se adequava ao novo modelo de cidade, voltada ao tipo de turismo pelo qual se havia optado.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Carolina do. *A derrubada do bar do Chico no bairro Campeche: embates de uma história do tempo presente em Florianópolis (1989 - 2011)*. Florianópolis: UDESC/PPGH, 2016.

BITENCOURT, Suzana. *Castelos de Areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)*. Dissertação em História. PPGH/UFSC. Florianópolis, 2005.

BREGUE DANIEL, Lázaro. Entrevista concedida a Carolina do Amarante. Florianópolis, 28 jun. 2015. Entrevista.

BUENO, Ayrton Portilho. Parecer sobre o Plano de Desenvolvimento do Campeche. In: *O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memória das lutas do Campeche*.

BARBOSA, Tereza Cristina P.; BURGOS, Raúl; TIRELLI, Janice. (Orgs.). *O Campo de Peixes e os Senhores do Asfalto: memória das lutas do Campeche*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2007.

BURGOS, Raúl. Campeche, o teimoso democrata. In: *Revista Cidadania*, n. 1, Florianópolis,

2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; _____; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999. pp. 25-37

FALA CAMPECHE. Florianópolis, agosto de 1999.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FLORES, M. B. R. *A Farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

_____. *Oktoberfest: Turismo, Festa e Cultura na estação do chopp*. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

FLORIANÓPOLIS. *Diagnóstico do Plano Diretor dos Balneários*, 1984.

_____. *Plano de Desenvolvimento Campeche*, 1992.

_____. *Plano de Desenvolvimento Campeche*, 1995.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS (IPUF). Lei 2.193. Florianópolis, 1985.

_____. Ofício DIPRE, nº 424/98. Florianópolis, 2 jun. 1998.

KINZO, Maria d'Alva G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspec.* [online]. 2001, v.15, n. 4, pp. 3-12. ISSN 0102-8839. doi: 10.1590/S0102-88392001000400002.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LAGO, Mara Coelho de Souza. *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LEAL, João. *Cultura e identidade açoriana em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2007.

MOREIRA, Adilson de Souza. A Construção dos Movimentos Sociais e de uma Metodologia Participativa no Distrito do Campeche. *Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia*, 11 a 13 ago. 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil. Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais - NPMS. Disponível em:

<<http://www.sociologia.ufsc.br/npms/mspd/a084.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

O ESTADO. Florianópolis: *O Estado*, 1980-1987.

OURIQUES, Helton Ricardo. *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

REIS, Almir Francisco. *Ilha de Santa Catarina: permanências e transformações*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

RICHTER, Fábio Andreas et. al. *A relação turismo e açorianidade em Florianópolis*. Florianópolis, 2004. Painel apresentado na 4ª Semana de Ensino e Extensão da UFSC – SEPEX.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. A natimorta Tecnopólis do Campeche em Florianópolis – delírio de tecnocratas, pesadelo de moradores. In: PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. *Florianópolis do outro lado do espelho*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

ROCHA, José Rodrigues da; SOUZA, Amilton Vergara de. *Plano Diretor de Florianópolis Resenha Histórica*. In: IPUF - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. *Atlas do Município de Florianópolis* (Org.). BASTOS, Maria das Dores de Almeida. Publicação da Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

SILVA, Michel Goulart da. *Uma cidade em disputa: representações das transformações urbanas em Florianópolis no contexto da aprovação do Plano Diretor de 1976*. Artigo Iniciação Científica, UDESC, 2009.

SOSTIZZO, Ivo. Entrevista concedida a Carolina do Amarante. Florianópolis, 12 ago. 2015. Entrevista.

SUGAI, Maria Inês. *Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmicasocioespacial na área conturbada de Florianópolis (1970-2000)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

ZANELA, Cláudia Cristina. *Atrás da porta: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1988)*. Florianópolis: UFSC, 1999. 132 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.